



# As vicissitudes políticas nas sucessivas vidas da *Voz Africana* em defesa dos africanos

Augusto Nascimento\*

pp. 177-195

Este texto exploratório sobre o *Voz Africana* resulta de uma primeira abordagem da agência de moçambicanos empenhados na afirmação da sua diferenciação social e, tentativamente, na procura de efetiva igualdade face aos colonos. Neste texto, tentar-se-á explicar como as conjunturas políticas do mutante colonialismo ditatorial e os constrangimentos do quotidiano na Beira se repercutiram na publicação e nos conteúdos do jornal<sup>1</sup> e como isso denotou, ou não, adesões políticas, não raro calculadamente enunciadas ou, em alternativa, caladas.

A análise do jornal afigura-se relevante porque, num tal contexto político, a palavra era a única arma de africanos letrados e diferenciados em sua defesa e dos ditos indígenas. No ocaso do colonialismo, a palavra voltou a ser importante para a afirmação dos negros, conquanto a renovação do jornal se devesse à acção de europeus desafetos do colonialismo e apostados em conferir visibilidade às vidas africanas. Por fim, o jornal acabou capturado por agentes colonialistas sem, contudo, perder o tom reivindicativo que adquirira desde o início da segunda série.

## A imprensa na Beira

Na Beira, sob administração da Companhia de Moçambique de 1892 a 1942, a imprensa (de que citaremos alguns títulos) enfrentou, entre outros escolhos, a exiguidade do meio e o rarefeito suporte a iniciativas associativas e culturais e a empreendimentos jornalísticos. Mencione-se, também, a animosidade para com o que não fosse consonante com o laço colonial e, em concreto, com os interesses económicos hegemónicos. O poder discricionário dos mandantes sobre a vida cidadina, imprensa incluída, foi enorme. Por exemplo, segundo um regulamento de 1897, as publicações periódicas dependiam de autorização do governador do Território, podendo ser suspensas ou proibidas quando desprestigiasses as autoridades ou promovessem questiúnculas entre nacionalidades (Costa, 1902: 345). Por regra, apoiou-se a imprensa de cariz económico ou propagandístico. Ao invés, foi menos benquista e perseguida a opositorista ou tão-somente propensa a abordar temas incómodos.

\* Universidade de Lisboa, Centro de História. [anascimento2000@yahoo.com](mailto:anascimento2000@yahoo.com)

<sup>1</sup> Vários estudos sobre a imprensa nas colónias são úteis para a compreensão da trajetória do *Voz Africana*. Para uma visão panorâmica da imprensa nas colónias portuguesas, veja-se Fonseca 2014. Sobre a imprensa e a produção cultural em Cabo Verde, ver Oliveira 1998 e Fernandes 2006. Embora não atidos à imprensa, mas usando-a para suporte dos rumos do associativismo em São Tomé e Príncipe e em Angola, ver respetivamente Nascimento 2005 e 2012 e Rodrigues 2003. Acerca de um jornal ao serviço do colonialismo mas capaz de abordar o quotidiano de angolanos, ver Bittencourt 2017; para uma panorâmica da evolução da imprensa em Moçambique, ver Gonçalves 1965 e Rocha 2000.

O primeiro jornal terá sido o *Comércio da Beira*, de 1892, conquanto também se refira que o primeiro jornal, publicado a 25 de Outubro de 1892, foi o semanário *Beira*, cujo subtítulo era *Jornal de Anúncios*. Gratuito, pretendendo viver dos anúncios, durou seis números. A 2 de Abril de 1893, surgiu na vila o semanário *Correio da Beira*, publicando-se até 21 de Outubro de 1894.

Em 9 de Fevereiro de 1898, surgiu o *The Beira Post*, pertença, entre outros, da Companhia de Moçambique. No ano seguinte, o jornal foi desdobrado numa edição em inglês e noutra em português intitulada *O Correio da Beira*. Significativamente, sem assinantes, a edição em português acabou em 1900 (Costa, 1902: 345).

Apesar da aparentemente maior liberalidade política do regime republicano, na Beira, como noutros meios coloniais, a vida da imprensa revelou-se espinhosa, sucedendo-se jornais publicados por poucos anos. Por exemplo, entre 1911 e 1913 publicou-se o *Imparcial*, continuado pelo *Pátria*, entre 1914 e 1917 (Rocha 2000: 114; Moutinho 1924: 15). Ter-se-ão publicado o *Tempo*, em 1919 ou 1920, e o *Manica e Sofala* entre 1920 e 1923.

Já sob a Ditadura, além dos condicionalismos impostos aos jornais<sup>2</sup>, os de matriz liberal e oposicionista foram perseguidos. Ainda assim, a 7 de abril de 1928 apareceu o quinzenário *Comércio da Beira*, crítico da tolerância de Lisboa para com alegados abusos da Companhia. Uma vez suspenso pelas autoridades, escoradas na lei de João Belo ou na mera discricionariedade, a Maçonaria substituiu-o pelo *19 de Junho*, surgido a 25 de Julho de 1929<sup>3</sup>. Este jornal, que se dizia defensor da humanidade e do direito, retomou o primeiro título em 1932, publicando-se até 1937. Afora outros fatores, a ilegalização da Maçonaria e a amputação das liberdades prejudicaram o jornal.

A exemplo de congêneres de outras colónias, a 2 de Setembro de 1933, a Associação dos Empregados do Comércio e Indústria publicou o *Vanguarda*, órgão defensor dos interesses dos filiados, europeus, que, em contexto colonial, enjeitavam a solidariedade classista e assumiam os pressupostos de um racismo relativamente contido no plano das enunciações mas operante na criação de barreiras sociais.

Enfileirando na vaga de jornais política e socialmente empenhados, em 30 de Dezembro de 1933, iniciou-se a publicação do *Voz Africana*, órgão do Grémio Africano de Manica e Sofala, depois Centro Africano de Manica e Sofala (doravante, CAMS). Décadas depois, o destino do *Voz Africana* seria marcado pelo confronto entre preponderâncias expressas noutros jornais, mormente, o *Notícias da Beira* e o *Diário de Moçambique*, cuja redação se tornaria local de cavaqueio de oposicionistas.

O *Notícias da Beira* foi um órgão oficioso da Companhia de Moçambique, que o financiaria, segundo alguns, para pugnar pelos interesses de agiotas contra os de Portugal (Moutinho, 1924: 78 e 111-112). Entre várias mudanças de nome ao longo de décadas, em 1927, passou a *The Beira News/Notícias da Beira*. Em 1951, quase uma década após o fim da administração da Companhia de Moçambique, deixou de ser bilingue. Em 20 de Agosto de 1966 passou a diário. Alegadamente pertença de comerciantes, teria como mandante Jorge Jardim (Rocha, 2000: 213), a quem movia o combate ao *Diário de Moçambique*, jornal da diocese da Beira.

De facto, desde 1950, a Igreja local marcou presença com o generalista *Diário de Moçambique*, gizado por D. Sebastião Soares de Resende como meio de combater as injustiças sociais e os flagrantes abusos (Capela, 1989: 178), que quedavam impunes no quadro colonial.

<sup>2</sup> Por exemplo, pelo decreto n.º 27495, de 27 de janeiro de 1937, o diretor de um jornal teria de ser um português habilitado com curso superior (art. 4.º). Prevvia-se igualmente que não pudesse ser fundada qualquer publicação sem que fosse feita prova de meios financeiros, por via de depósito ou aval bancário, do montante correspondente ao custeio da laboração do jornal durante seis meses.

<sup>3</sup> Para contornar as suspensões e interdições ditadas administrativamente, a reedição sob outro nome era uma prática corrente desde o século XIX; ver, por exemplo, Fonseca, 2014: 106 e 112.

A diocese da Beira criou o Centro Social, Limitada, uma sociedade por quotas, mais tarde transformada em sociedade anónima, designada Companhia Editora de Moçambique. A 24 de Dezembro de 1950, iniciou a publicação do *Diário de Moçambique*, dito um jornal de grande informação e, porventura, a instituição que mais projectou internacionalmente a cidade (Capela, 2017: 85). Até 1956, foi dirigido por monsenhor Francisco Nunes Teixeira e, desde então<sup>4</sup>, por José Soares Martins.

A partir desta data, o jornal pautou-se por um dinamismo perturbador para o regime colonial, patente, por exemplo, na reportagem e, simultaneamente, denúncia das trágicas cheias de 1958, o qual levou a acionar alguma ajuda, mas que teve como consequência o endurecimento da censura. Não obstante, foi, se não o primeiro, um dos primeiros jornais de grande circulação a falar de descolonização. O *Diário de Moçambique* não só teve polémicas homéricas com as autoridades e os poderosos, cuja voz era o *Notícias da Beira*, como foi suspenso várias vezes. Uma deveu-se à notícia sobre a primeira ação armada da Frelimo, apesar de ter sido feita a par da publicação do comunicado oficial a esse respeito<sup>5</sup>. Outra suspensão, por dez dias, relacionou-se com a não submissão à censura prévia da homília de D. Sebastião por ocasião dos vinte e cinco anos da Concordata, texto que, por lei, estava isento de escrutínio censório<sup>6</sup>. Por fim, a 15 de fevereiro de 1968, a notícia, não submetida à censura prévia, de que os soldados “roubavam” carros para regressar ao quartel durante a noite, deu azo à suspensão por um mês (Rocha 2000: 170), ao cabo do qual retomou a publicação com um número especial amparado pelo comércio local<sup>7</sup>.

Lido por europeus desalinados da situação, o jornal viveu do prestígio do seu impulsor, o bispo da Beira. D. Sebastião e Jorge Jardim protagonizaram um conflito contido mas sem tréguas, porventura desde a saudação de 1959 ao governador Correia de Barros, na qual se insinuaria uma posição favorável à independência de Moçambique (Tajú, 1989: 162-163). Após a morte do bispo, a participação maioritária da diocese na Companhia Editora de Moçambique – também detentora do *Voz Africana*, do *Voz da Zambézia* e da revista *Economia de Moçambique* – foi vendida pelo sucessor, o subserviente D. Manuel Ferreira Cabral, a 1 de Setembro de 1969<sup>8</sup>. Acordada antes das eleições de Outubro de 1969, a venda foi formalizada em 1 de Janeiro de 1970, a um grupo económico encabeçado por Jorge Jardim, que pagou quinze mil contos – montante considerado elevado para o valor económico do jornal – disponibilizados pelo governo da colónia ou, noutra versão, por um consórcio capitalista. Contra a aspiração de D. Sebastião, que teria recomendado esforços para que o *Diário de Moçambique* lhe sobrevivesse e espelhasse os seus desígnios “ao serviço de Cristo, da Igreja, de Moçambique”, o *Diário de Moçambique* deixou de se publicar a 15 de março de 1971.

Condicionado pelas problemáticas da Guerra Fria e da dita ameaça comunista, preenchido por colunas mundanas, abordando as prementes questões sociais da óptica de uma imperativa evangelização, escrito por vezes numa linguagem incompreensível para parte dos leitores – que, potencialmente, rondariam os dez mil –, à primeira vista dir-se-iam injustificados os motivos pelos quais despertou tão grande sanha aos acólitos do regime,

<sup>4</sup> Em 1957, segundo Tajú, 1989: 159.

<sup>5</sup> Conforme José Soares Martins, entrevista a Isabel Galhano 2013; também Capela, 2017: 79.

<sup>6</sup> Em 15 de Dezembro de 1964, o *Diário de Moçambique* publicou uma nota pastoral com considerações críticas sobre a suspensão do jornal determinada pelo Governador-geral de Moçambique, nota pastoral que não foi submetida à censura prévia. Por despacho, o governador suspendeu o jornal por dez dias, já depois da homília ter sido publicada sem submissão à censura. O bispo recorreu para os tribunais, contra a violação da Concordata, que vigorava como direito português (Lima, 1990: 11, 14 e ss). Ao tempo, o caudilgo sustentou a prerrogativa eclesiástica de não submissão das notas pastorais à censura.

<sup>7</sup> Conforme José Soares Martins, entrevista a Isabel Galhano, 2013.

<sup>8</sup> A venda do jornal, ordenada pelo sucessor de D. Sebastião, terá estado na origem de uma incomodidade efetiva o bastante para provocar a sua remoção.

se não prevalecesse a mais absoluta aversão das autoridades e dos mandantes a notícias mais plausíveis do que as narrativas oficiais ou à mínima interpelação ao seu mando. Por exemplo, não ter apoiado o candidato oficial contra Humberto Delgado constituiu-se, para o regime, num pecado mortal da Igreja da Beira. Outra razão de atrito, a reportagem acerca das cheias tornou-se numa denúncia acutilante da inépcia governamental. De facto, o *Diário de Moçambique*, acerca do qual se teria prognosticado estar fadado para ser um jornal acomodado à situação, avultou como uma voz de denúncia da exploração colonial e, no limite, terá apontado para a independência de Moçambique como meio de libertação (Capela, 1996: 23).

### A vida do *Voz Africana*

A decisão do Grémio Africano, criado em 1932 numa urbe colonial avessa ao associativismo, de publicar um jornal foi tomada numa assembleia convocada para o efeito a 15 de Dezembro de 1933. O primeiro número saiu a 30 de Dezembro desse ano, graças ao labor *pro bono* e a desoras de dois tipógrafos africanos<sup>9</sup>.

A publicação de um jornal africano – no caso, de um grupo de mestiços de origem humilde, decerto instruídos na missão franciscana da Beira e culturalmente diferenciados face até a parte dos europeus – era um cometimento difícil, tanto pela aversão à expressão de outros interesses que não os da Companhia de Moçambique e, depois, do regime colonial, quanto pelas dificuldades em vingar num meio em que os interesses daqueles a quem pretendia representar eram quase totalmente desconsiderados. Sujeita a inúmeras provações, a mole africana não secundou o jornal. Ao contrário das expectativas dos criadores, que lhe terão vaticinado uma ampla adesão, o jornal não alcançaria projeção para além de um círculo reduzido que nem sequer chegaria ao número dos sócios ou dos que orbitavam em torno do CAMS. Fosse como fosse, a publicação de um título afigurava-se imperiosa por equivar à afirmação de modernidade, de progresso e, embora ilusoriamente, a uma qualificação para a almejada interlocução com as autoridades.

Após o recurso a uma tipografia particular<sup>10</sup>, em 1936, o Grémio adquiriu uma tipografia<sup>11</sup>. A publicação do jornal, para mais com meios próprios, significava a apropriação da inovação técnica, qual prova de verdade das palavras difundidas. Com a apropriação da materialidade do progresso ensaiava-se suscitar atitude similar dos conterrâneos com relação ao aperfeiçoamento pessoal e grupal. O CAMS pressupunha o interesse dos seus conterrâneos na ilustração<sup>12</sup>. A presunção desta predisposição não era ilógica à luz do tirocínio dos elementos do CAMS, mas subestimava os escolhos apostos pela difícil sobrevivência diária à adesão do comum dos africanos a ideais de progressos futuros e, por conseguinte, ao jornal e ao associativismo.

Apesar de recorrentemente se saudar a valia da iniciativa, durante quase três décadas o jornal nunca superou o atrofiamento de meios e de possibilidades com que nasceu. Se pensado como um veículo de propaganda e meio de congregação dos mestiços e negros em

<sup>9</sup> *Voz Africana* (doravante, VA), 29 de dezembro de 1962, p. 2; ver também, 30 de dezembro de 1942, p. 1; 8 de Janeiro de 1972, p. 1.

<sup>10</sup> Os primeiros números compuseram-se na tipografia da Minerva Central, propriedade do colono António Piedade da Costa, assim considerado um dos fundadores da *Voz Africana*, cuja morte se assinalou em 1972, cf. VA, 5 de Dezembro de 1972, p. 20.

<sup>11</sup> VA, 29 de fevereiro de 1936, p. 1.

<sup>12</sup> Bastamente equacionado, o dilema destes mestiços pode sintetizar-se da seguinte forma: ao passo que a socialização do imaginário derivada da educação formal favorecia a identificação com a nação colonizadora, a experiência de colonizados despertava-os para a necessidade de afirmarem a sua nação (Fernandes, 2006: 27) ou, no caso, a sua identidade, aqui entendida como a expressão dos laços sociais que os situavam no mundo. Todavia, faltaram as condições para a assertividade na afirmação de uma diferença, mormente face aos colonos.

torno do CAMS, o jornal não terá suscitado senão débeis resultados. O jornal tornou-se num empreendimento oneroso, que não terá sido abandonado por tal significar a amputação de um dos mais propósitos emblemáticos do CAMS. Em todo o caso, e diversamente de elites africanas noutras urbes e em épocas precedentes, sujeitos à pressão ditatorial, os mestiços do CAMS nunca estiveram em condições de sequer aspirar à interlocução entre governantes e demais colonizados, no caso, a viver em condições miseráveis nos subúrbios da Beira.

Em 1962, de permeio com uma mudança profunda de grafismo e de conteúdos, iniciou-se a publicação da II série, de que se encarregaram elementos da diocese da Beira, mormente José Soares Martins. A partir de 1970, a tutela de Jorge Jardim não acarretou uma tão notória mudança porquanto o regime encetara uma aproximação aos colonizados, tolerando, quando não amparando, discursos críticos de situações de privação contanto não questionassem o laço colonial.

Num certo sentido, a surpreendente singularidade na evolução do jornal residiu na sua exponencial repercussão a partir do momento em que, com a II série, trocou a pose doutrinária pela abordagem não apenas das difícilimas vidas dos africanos de baixa condição económica e social, como também das suas paixões, entre elas, o futebol e o popularíssimo boxe, a que o jornal tentou aduzir o gosto pelo folclore. A par disso, enalteceu-se a criação plástica dos moçambicanos. De alguma forma, na II série esvaneceu-se a ligação com o CAMS, mas, em contrapartida, o jornal extravasou em muito os limites da Beira, tornando-se um jornal africano em Moçambique.

Após o 25 de Abril de 1974, suspendeu a publicação em 27 de Junho com o n.º 530. Já sob a direção do advogado René de Assunção, publicou-se até n.º 540, saído a 19 de Outubro de 1974 (Rocha, 2000: 190-191).

### A publicação atribulada do *Voz Africana*

O jornal era o órgão do Grémio, depois CAMS. Para os promotores da iniciativa, que se tentavam ligar ao mundo e defender a sua posição social contra a agressividade racista do colonialismo ditatorial, umas das facetas do progresso materializava-se na imprensa, instrumento de difusão do conhecimento.

Após a compra da tipografia, anunciou-se que o jornal passaria a quinzenal<sup>13</sup> e, depois, a semanal<sup>14</sup>, mas, ao cabo de algum tempo, tal propósito gorou-se<sup>15</sup>. Afora dificuldades circunstanciais, aludiu-se repetidamente à falta de pagamento da maioria das supostas assinaturas para explicar atrasos tornados corriqueiros e mais regulares do que a almejada periodicidade<sup>16</sup>. Após o *élan* dos primeiros anos, a saída do *Voz Africana* foi assaz irregular, conquanto ditada pelo denodo em preservar o título, o que levou à publicação de números de duas e de uma página só. O *Voz Africana* pode até não ter sido declarado extinto por inércia administrativa ou por (inconfessada) conveniência política do regime colonial.

Com o termo da II Guerra no horizonte, assomou de novo a crença num futuro radioso para o jornal, aventando-se até a intenção de criar agências na colónia, assim como em

<sup>13</sup> VA, 30 de abril de 1936, p. 1.

<sup>14</sup> VA, 25 de setembro de 1937, p. 1.

<sup>15</sup> Mais tarde, dir-se-ia que, a despeito da falta de numerário, em janeiro de 1936 o Grémio adquirira material tipográfico e de impressão. O número de 29 de fevereiro já foi composto e impresso na tipografia do Grémio. E a 18 de maio iniciava-se a publicação quinzenal. Porém, mercê de dificuldades financeiras, a 25 de setembro de 1937 voltou à publicação mensal, que se manteve irregular até ao n.º 103, de 31 de janeiro de 1962, o derradeiro da primeira série, cf. VA, 29 de dezembro de 1962, p. 2.

<sup>16</sup> Diga-se, dificuldades semelhantes punham à prova a publicação de outros jornais, caso do *Diário de Moçambique* que, desprovido de meios, ainda se deparava com um rarefeito mercado, dado o limitado número de europeus, pouco mais de dez mil em inícios dos anos 50, cf. Capela, 1989: 178.

Angola e São Tomé, o que, a somar à aventada autoridade dos subscritores dos artigos, dava a garantia de que o jornal não soçobraría. Em maio de 1944, afirmava-se que o número de então seria o último número de emergência. Para julho ou agosto anunciou-se a publicação mensal do jornal<sup>17</sup>. Porém, não obstante a convicção então expressa, o número seguinte só se publicou meio ano depois.

Persistiria, pois, a publicação de números de emergência, a que o jornal parecia condenado, pelo menos até que os africanos encarassem a necessidade de ajudar o jornal a sobreviver<sup>18</sup>. Afirmando que a crise de desinteresse pelos valores africanos teria de ter um fim, pois o marasmo não se podia arrastar indefinidamente, os fautores do jornal continuavam, com fé, a militar em prol do jornalismo africano<sup>19</sup>. Em dezembro de 1950, de novo se anunciava a esperança de, a partir de janeiro seguinte, publicar mensalmente<sup>20</sup> mas não se manteve essa regularidade por muito tempo.

Em Fevereiro de 1951, lançou-se uma campanha pró-assinantes com o propósito de tornar o jornal quinzenal para melhor servir os “nossos interesses”, o que dependia do número de assinantes a angariar em toda a colónia<sup>21</sup>. A campanha terá falhado, porquanto, em agosto desse ano, se focavam as atribulações da *Voz Africana*, que custava dinheiro ao CAMS, que o mantinha na esperança de, reconhecido o esforço, ver aumentado o número de assinantes. Apesar das dificuldades, considerava-se o jornal um valor real e um agente cultural impossível de desprezar. Esperava-se que, com a publicação regular, não faltassem os assinantes, que ajudariam a singrar uma obra de todos e destinada a elevar “o nosso orgulho de portugueses”<sup>22</sup>. Ora, independentemente desta equação política, a indiferença tinha a ver com o fosso entre o teor do jornal e as preocupações da imensa mole de africanos dos subúrbios.

Em dezembro de 1951, lembrados os dezanove anos do *Voz Africana*, relembrou-se as dificuldades financeiras que tolhiam o seu desenvolvimento<sup>23</sup>. Em 1952, de novo se aludia ao escasso número de assinantes, insuficiente para fazer face a despesas elevadas, e à conseqüente falta de publicação do jornal. Precisava-se, pois, de assinantes e anunciantes. Porém, pouco depois, expressando a de certeza de que “com a ajuda de todos” se poderia “fazer mais e melhor!”, insistia-se nos empecilhos à publicação regular do *Voz Africana*, que procurava servir os seus assinantes<sup>24</sup>. Os vinte anos do jornal, completados a 20 de dezembro de 1952, não puderem ser assinalados senão cerca de três meses depois. Ainda assim, considerava-se que, para um jornal dependente das boas vontades, vinte anos representavam alguma coisa<sup>25</sup>.

A irregularidade da publicação não podia deixar de ser considerada negativamente não só por desbaratar possíveis ganhos – o de formar uma opinião – mas por acabar por negar os supostos benefícios da tomada de palavra através do jornal, entrementes rendido ao laço colonial. Em 1961, as dificuldades económicas voltaram a ser citadas como óbice à publicação regular do jornal, num número em que, com meses de atraso, se dava nota da

<sup>17</sup> VA, 30 de maio de 1944, p. 1.

<sup>18</sup> VA, 24 de fevereiro de 1950, p. 1. Já em Novembro de 1944, os fautores do jornal diziam que, aquando do anúncio da periodicidade regular, mal imaginavam as dificuldades a vencer. Tinham publicado um novo número de emergência para cumprir o mínimo de três números por ano e poder manter o jornal, na esperança de que o “nosso elemento” se compenetrasse da necessidade absoluta da manutenção e desenvolvimento do “nosso baluarte”, cf. VA, 25 de novembro de 1944, p. 1.

<sup>19</sup> VA, 24 de fevereiro de 1950, p. 1

<sup>20</sup> VA, 20 de dezembro de 1950, p. 3.

<sup>21</sup> VA, 28 de fevereiro de 1951, p. 3.

<sup>22</sup> VA, 31 de agosto de 1951, p. 3. Ainda nesse ano se insistiu em que o jornal acarretava despesas exorbitantes para o CAMS, cf. VA, 26 de outubro de 1951, p. 2.

<sup>23</sup> VA, 31 de dezembro de 1951, p. 1.

<sup>24</sup> VA, 31 de março de 1952, p. 2; 30 de junho de 1952, p. 3.

<sup>25</sup> VA, 23 de março de 1953, p. 1.

grandiosa manifestação de fé patriótica de 23 de outubro de 1960, na qual milhares de pessoas, incluindo muitos africanos, tinham repudiado as falsas afirmações contra Portugal na ONU<sup>26</sup>.

### O tom político e social do *Voz Africana*

Previsivelmente até em função do título, com afinidade semântica com *O Brado Africano*, e não só, desde o início *Voz Africana* enunciou a intenção de defesa dos Africanos<sup>27</sup>. Nas décadas de 1930 e seguintes, o *Voz Africana* foi sobretudo um jornal teórico ou doutrinário, fruto da ilustração e da dedicação do grupo do CAMS, da militância circunscrita à palavra enquanto forma possível de acção, de um tempo em que as actividades políticas em prol de interesses próprios eram interditas e em que a participação de africanos na vida pública quedava quase restringida ao tolerado protesto moral<sup>28</sup> – por exemplo, contra o racismo, qual negação da igualdade no trato a que os mestiços ou assimilados se achavam com direito –, cujo reverso era a conscrita adesão à nação colonial (que, sem embargo, poderia ser genuinamente sentida por alguns dos dinamizadores do jornal, até por se lhes afigurar natural e inquestionável). De permeio com a deferência para com os símbolos portugueses<sup>29</sup> e a anuência aos alegados propósitos da soberania lusa, publicavam-se densos textos doutrinários e ideológicos.

Instrumental, ou não, a adesão do jornal à causa nacional esteve durante décadas simbolizada na representação gráfica da fortaleza de S. Caetano de Sofala, símbolo da história lusíada da conquista e colonização de terras de África oriental, cuja representação honrava o cabeçalho do pequenino baluarte *Voz Africana*<sup>30</sup>. Em 1958, a representação da dita fortaleza deixou de figurar no cabeçalho<sup>31</sup>. Em todo o caso, o jornal não se poderia guiar pela uma predisposição para rupturas políticas, impossíveis sob dominação do Estado Novo, que obrigara a calar ideias até de mera de autonomia. Mas foi sendo lembrado o fito da valorização da *raça negra*, que passava pela afirmação da respectiva civilização e pelo combate ao racismo.

Aduza-se, para o protesto moral contra abusos e ilegalidades de autoridades, mobilizavam-se os lemas do próprio ideário colonial, assim se vertendo sub-repticiamente posições políticas de outro modo indizíveis. Nos anos 30, imbricada com um rotineiramente protestado portuguesismo, a crítica de atitudes racistas de agentes colonialistas, que feriam, sobretudo, mestiços e negros diferenciados e assimilados, denunciava a injusta secundarização social e a negação do apregoado propósito civilizador português. Por exemplo, os do GAMS ressentiam-se da exclusão de eventos cosmopolitas na cidade. Em 1936, a Câmara Municipal convidara toda a população a ir ao aeródromo para aguardar a chegada dos aviadores. Porém, alegando ordens, um guarda branco interditará a entrada no recinto a assimilados mestiços e negros. Em 1928, aquando da chegada do aviador Pais Ramos, os assimilados tinham sofrido idênticos vexames que, extensivos a várias esferas da vida colectiva e pessoal, desqualificavam o seu amor-pátrio. Por isso, perguntava-se quando se

<sup>26</sup> VA, 11 de fevereiro de 1961, p. 1.

<sup>27</sup> VA, 30 de dezembro de 1933, p. 1.

<sup>28</sup> Segundo Penvenne, nos anos 30 e 40, o regime tolerava, embora não atendesse, a argumentação moral dos africanos; nos anos 50, tal argumentação poderia ser tomada como subversão (1996: 461), uma situação ao tempo porventura menos derivada do enquistamento do regime do que da vulnerabilidade em que se achava por via da mudança internacional relativamente ao colonialismo.

<sup>29</sup> Posteriormente, salientar-se-ia a edição de dois números em pano de cetim branco, artisticamente franjado, impressos a ouro, o n.º 46, de 2 de agosto de 1939, consagrado à visita presidencial, e o n.º 53, de 19 de Julho de 1942, assinalando a passagem da administração dos Territórios de Manica e Sofala da Companhia de Moçambique para o Estado português, cf. VA, 29 de Dezembro de 1962, p. 2.

<sup>30</sup> VA, 31 de dezembro de 1935, p. 1.

<sup>31</sup> VA, 20 de outubro de 1958, p. 1.

acabaria com a situação, desprestigianete para a nação, de estrangeiros brancos terem mais consideração e liberdade do que os “nacionais colorados”<sup>32</sup>

Esta pergunta pareceria tacticamente certa, na medida em que elegia a nação como pólo maior da sua fidelidade política, ao mesmo tempo que, mais do que criticar o colonialismo enquanto deturpação dos fitos da nação, atacava a Companhia de Moçambique, diga-se, tão mais criticada quanto se lhe vaticinava o fim. Porém, a pergunta não teria resposta. Ao invés, assistir-se-ia ainda por algum tempo ao crescendo das medidas racistas que negavam a cidadania dos africanos e a sua pertença à nação. Na verdade, o protestado portuguesismo não se revelaria uma salvaguarda política e social contra a agressividade racista. Restaria ao jornal, de acordo com um argumento em voga, endossar as atitudes racistas à imitação local dos hábitos ingleses.

Apesar da sobrevivência de um magma racista difuso mas operante anos 50 adentro – traduzido nas interdições de entrada de negros em estabelecimentos comerciais ou de circulação nocturna no núcleo branco da cidade, expeditamente castigada com palmatoas atinentes a infundir o temor – o *Voz Africana* começou a debater outras questões, que não apenas a dos preconceitos raciais, começando a atentar nas demandas das condições básicas de sobrevivência dos negros.

Um dos temas, tornado recorrente nos anos seguintes, era o do alojamento dos trabalhadores imigrados. Ainda na primeira metade dos anos 50, reclamou-se a infraestruturação dos subúrbios, cuja precariedade as chuvas evidenciavam. Por exemplo, no bairro da Munhava, erigido sobre um lamaçal, a água teimava em permanecer dado o abandono das valas de escoamento. As ruas de acesso ao casario, predominantemente de madeira e zinco, eram autênticos lagos que tiravam aos moradores a comodidade mínima a que, como contribuintes, tinham direito. No jornal, instou-se a Câmara a cuidar de tais bairros com milhares de habitantes<sup>33</sup>. Não sucederia assim, mas estas demandas constituiriam o terreno em que se moveria o jornal na sua II série.

Tematicamente aberto e de vocação doutrinária, contando com contributos variados, incluindo naturais de outras colónias, mas debilmente enraizado, o jornal não ecoaria muito para além do círculo dos ilustrados fundadores do CAMS. A reivindicada instrução e a projecção da imprensa pareciam recursos para a modelação das mentalidades e a emancipação dos colonizados, mestiços e negros. Porém, a escolha da imprensa como “baluarte” não concitava apoio social. Atento o enquistado racismo do regime, o jornal nem sequer oferecia aos seus fautores a ilusão de uma (hipotética) interlocução com os governantes. E, ignorado pelo comum da população, o jornal não beneficiava o CAMS, pautado, se não pela reverência, ao menos pela acomodação face ao poder.

Ainda assim, o jornal não deixava de ser a afirmação da luta contra a descrença, a afirmação da perseverante fé no futuro dos Africanos, mesmo se, aferido pela reduzida projecção do jornal, ele parecia desmentido a cada passo. Talvez também a isso se devesse a tolerância das autoridades, que avaliariam a irrelevância política e social do jornal pela sua reduzida circulação. Tal mudaria a partir de 1962.

### A nova “estrela” no “céu moçambicano”

A publicação de um jornal passara a demandar especialização do saber e, desejavalemente, um labor profissionalizado. Sem embargo do voluntarismo dos animadores do jornal, à dificuldade de arcar com as despesas somava-se a crescente complexidade das tarefas

<sup>32</sup> VA, 29 de fevereiro de 1936, pp. 1 e 4.

<sup>33</sup> VA, 23 de março de 1953, p. 4.

jornalísticas. Lembre-se, o *Diário de Moçambique* não só tinha o apoio da Igreja, como passara por um processo de profissionalização na década de 50. Justamente, a CAMS pedia para efectuar a impressão do *Voz Africana* na tipografia da Companhia Editora, que a facultava a baixos custos ou até gratuitamente. Na impossibilidade de obter os retornos estimados e face à difícil edição do jornal, o CAMS delegá-lo-ia à Companhia Editora, da Igreja, onde, afinal, parte do grupo fundador do jornal se educara. Além desse elo passado, também a atitude do bispo terá ajudado à cedência do título à Igreja da Beira. Por contrato de aluguer do título, de 2 de Junho de 1962, a edição do *Voz Africana* passou a ser assegurada pela Companhia Editora. Deste modo, o jornal passou a ser dirigido por José Soares Martins (Rocha, 2000: 191), a quem terá cabido a iniciativa de tal entendimento.

Num testemunho, Soares Martins deu nota da sua relativa frustração pelo facto de o *Diário de Moçambique* ser inacessível à quase totalidade dos africanos. Por isso, ele ambicionava criar um jornal que desse conta de outras realidades, as quais, contíguas ao mundo dos colonos, eram ignoradas como se inexistissem. A percepção das fragilidades da edição do *Voz Africana* foi o ensejo para José Soares Martins<sup>34</sup> propor passar ele a produzir e a publicar o jornal “com a vida africana”, que, formalmente, se manteria editado pelo CAMS e dirigido por José António da Trindade. Segundo Soares Martins, a proposta foi aceite com satisfação pelo CAMS, ainda credor de uma contrapartida financeira. Num certo sentido, a Soares Martins terá movido um paternalismo politicamente engajado, eivado de uma intuição preclara relativamente à ascensão dos Africanos, mormente no tocante à vindoura independência, inevitável mesmo se de contornos ainda indeterminados. Enquanto isso, Soares Martins apostava na consciencialização dos indivíduos pela visibilidade e humanização das suas vidas. E, num certo sentido, elevava-lhes o orgulho de Africanos.

O primeiro número da II série do renovado *Voz Africana*, saído a 2 de Junho de 1962, revelou-se uma sensação, desde logo pela fotografia de “pretos” na primeira página, até então algo de unimaginável. No semanário feito predominantemente com notícias africanas, entrevistou-se e fotografou-se a heteróclita população negra. Com ironia, diga-se, Soares Martins veio a considerar que, contra os princípios, estava deliberadamente a fazer um jornal racial, nalguma medida, uma provocação ou, noutros termos, um desforço contra o racismo dos brancos.

O foco nas vidas dos negros relativizava os protestos de portuguesismo patentes no jornal e desmentia o paternalismo político da ditadura como a única abordagem da condição dos negros. Ora, perante um novo jornal, para além de motivado pela preocupação acrescida em resultado das convulsões em África e, em particular, da insurgência em Angola, o antagonismo da administração colonial derivou quer de reticências de princípio ao protagonismo africano ou, tão-somente, a qualquer destaque das vivências africanas – que até então o *Voz Africana* não conseguira –, quer da reserva, se não oposição, face ao que não podia deixar de ser entendido como um avanço da diocese da Beira no meio africano, avanço que, para o regime, não traria senão problemas.

Malgrado o primeiro número conter uma saudação ao governador Sarmento Rodrigues<sup>35</sup>, José Soares Martins teve de viajar até Lourenço Marques para falar com o secretário-geral do governo, segunda figura da hierarquia político-administrativa da colónia. Por regra avessas a iniciativas não controladas, as autoridades terão intuído a muito maior eficácia de um jornal dirigido aos pobres e ao seu quotidiano do que a de um jornal com pose

<sup>34</sup> José Soares Martins, ou José Capela, chegou à Beira em Fevereiro de 1955. Enquanto sacerdote, seguiu seu tio, o bispo da Beira, tendo tido ação relevante no *Diário de Moçambique*, de que foi chefe de redação a partir de 1956 e diretor-adjunto a partir de 1959, período em que, até à morte de D. Sebastião, o jornal cresceu em notoriedade pelo afrontamento das autoridades coloniais.

<sup>35</sup> VA, 2 de junho de 1962, p. 1. O jornal voltaria a saudar Sarmento Rodrigues pelos dois anos de governação, cf. VA, 1 de junho de 1953, p. 1.

literária que poucos entendiam e do qual a imensa mole se apartava. Ademais, a renovação do aspeto gráfico, que transfigurou um jornal pardacento numa revista atrativa pela inclusão de fotografias, ainda mais acentuou o impacto da iniciativa, forçosamente tida como adversa por provir da diocese da Beira. Para contrariar a oposição das autoridades que, para alguns, nunca permitiriam a concretização do seu intento, Soares Martins baseava-se na existência do título e no conseqüente direito de publicação, uma possibilidade resultante da lei, cuja interpretação, malgrado a ditadura, nem sempre era discricionária. Perante a firmeza de Soares Martins, o secretário-geral passou da injunção “Vocês não podem publicar! A lei não permite” à incapacidade de a sustentar que não na base da sua discricionarietàade feita lei. Independentemente do comprazimento pela desfeita de um poder despótico – cujo agente equivocadamente tomara por lei a habitualmente pronta obediência a qualquer seu ditame arbitrário –, Soares Martins reconheceu que se as autoridades tivessem decidido fechar o jornal, seria impossível contrariá-las. “Mas não tiveram coragem para isso!”. Ironicamente, esta contenção viria a revelar-se frutuosa para o poder colonial, atenta a posterior captura do jornal para o círculo do governo<sup>36</sup>.

Ao iniciar a II série, o *Voz Africana* afirmou pretender levar informação e divertimento às populações. Anunciou o uso de novas técnicas jornalísticas para que os leitores sentissem algo de novo, pelo menos na apresentação do jornal<sup>37</sup>. Segundo Soares Martins, a recetividade ao primeiro número foi “espantosa”. Não por acaso, o jornal foi um êxito nas zonas suburbanas, onde se vendia na rua<sup>38</sup>.

A recetividade constatada nos recantos da Beira – onde, por vezes debaixo dos candeeiros da rua, os negros se reuniam para um ler e os demais escutar –, seria confirmada pelas cartas chegadas de todo o Moçambique<sup>39</sup>, as quais, cumprindo com o seu título, o jornal publicava. Em parte, a nunca antes imaginada repercussão do jornal derivou das cartas<sup>40</sup> que, conforme aduziu Soares Martins, eram escritas pela primeira vez, não só na vida dos remetentes, mas na história de um povo (Capela, 2017: 83).

Ao invés de dar nota de almejar uma interlocução a que as autoridades coloniais nunca anuiriam, o jornal afirmou-se como altifalante dos sem voz. Para além das cartas, o jornal também singrou graças a inquiridos onde se promovia a opinião dos que vincavam as dificuldades do quotidiano na Beira e demais cidades da colónia. Assim, afirmava-se como uma plataforma de procuração dos interesses dos negros, que, na Beira, decerto nenhuma associação lograra instituir.

Da mesma forma, dava conta dos anseios, predilecções e modos de vida com que os negros se identificavam. Por exemplo, devotava páginas aos vários campeonatos de futebol e, em particular, ao de S. Benedito, na missão da Manga, nos subúrbios da Beira. Temas como a ascensão social de renomados futebolistas<sup>41</sup> e, localmente, de pugilistas, além de menções a artistas, cientistas e políticos africanos certamente induziam à identificação com o jornal, para o que contribuía a abundância de fotografias, desde as de dignitários negros às de inquiridos na rua. Alvitremo-lo, as profissões de fé no futuro do “elemento” africano e os

<sup>36</sup> Conforme José Soares Martins, entrevista a Isabel Galhano, 2013.

<sup>37</sup> VA, 2 de junho de 1962, p. 2.

<sup>38</sup> Por exemplo, no mercado da Munhava, o primeiro número da nova *Voz Africana* esgotou, cf. VA, 2 de Junho de 1962, p. 1 e 9 de junho de 1962, p. 3.

<sup>39</sup> Por várias ocasiões, José Soares Martins deu nota da sua surpresa perante a inesperada avalanche de cartas. A surpresa poderia ter a ver com a imaginada pouca apetência de indivíduos pobremente letrados em escrever para o jornal, o que só denota quanto passaram a sentir o jornal como seu. Todavia, e salvaguardadas as devidas diferenças, tal tinha sucedido na África Ocidental Francesa, cf. Lüsebrink, 2003: 17.

<sup>40</sup> Não raro, as cartas de leitores incluíam recados a familiares e amigos, para além de exporem, amiúde ingenuamente, injustiças e desafeições. Ocasionalmente, a secção incluiu fotografias dos remetentes.

<sup>41</sup> O nome e a imagem de alguns deles foram usados para publicitar o jornal. A dado passo, noticiou-se que, apesar da fama, Eusébio era leitor do *Voz Africana*. Numa foto, aparecia a ler o jornal, encostado à varanda da casa de madeira e zinco onde vivera, cf. VA, 10 de agosto de 1963, p. 1.

debates sobre a inexistente desigualdade das raças – para o que se citaram, por exemplo, as posições do jornal *Catholic World* ou das Nações Unidas – não terão feito tanto pelo jornal quanto as notícias sobre desporto e sobre as condições de vida dos mais desfavorecidos entre os quais estava a larga mole de imigrantes que o crescimento das cidades chamava. Entre outras, estas mudanças transfiguravam um erudito mas pardacento jornal para mestiços numa revista de actualidades dirigida à grande maioria de negros habitantes da Beira e demais cidades. Importa registar ter sido pela mão de um branco – Soares Martins dirigiu o jornal até 1968 –, membro de uma instituição conservadora, que o jornal cumpriu com o propósito inscrito no seu título. Nas palavras de Soares Martins, era um jornal voltado para a realidade africana de Moçambique, mormente da Beira. A esmagadora maioria do público-alvo era paupérrima e iletrada, mas o jornal teve uma enorme recetividade, indiciada pela catadupa de cartas de leitores (Capela, 1996: 26-27).

Em dezembro de 1962, comemorou-se o trigésimo aniversário do jornal, cujo diretor era, desde 31 de dezembro de 1935, António José Trindade. Todavia, tratava-se de outro jornal, a que certamente os do CAMS estariam rendidos. Conforme se escreveu, profusamente ilustrado e com belo aspeto gráfico, com notícias de todos os recantos da província, o jornal chamara a atenção de todos e, em especial, da “grande massa de aborígenes em que tem muita aceitação e procura”<sup>42</sup>.

Num balanço aquando do primeiro aniversário da II série, saudou-se a renovação que, havia muito, era necessária e cujo resultado eram os numerosos leitores com que o jornal passara a contar<sup>43</sup>. Numa carta, um leitor dizia que, fazia um ano, uma nova estrela, o *Voz Africana*, despontara no céu moçambicano. Aliás, de cartas ao jornal, pode inferir-se a ideia de que os seus subscritores ignoravam a I série do “afamado” jornal que, para eles, começara em 1962.

Em 1965, anunciou-se o aumento do preço para 2\$50 a partir de Julho. O jornal, que alegava prescindir dos lucros, dizia não podia suportar prejuízos com que arcara durante três anos para poder chegar a toda a província. Feito um inquérito, os leitores teriam aceitado o aumento e alguns até asseverado que o jornal valia mais<sup>44</sup>.

Apesar de o parecer a variados olhares, o *Voz Africana* recusava ser “um jornal de pretos”<sup>45</sup>, pretendendo-se um jornal moçambicano que abordava problemas que mais de perto tocavam todos os moçambicanos, na verdade, os mais desfavorecidos. Aquando do primeiro aniversário da II série escreveu-se que “muitas consciências despertaram, muitos homens resolveram acreditar que a civilização é uma meta pela qual todos devemos lutar e que, seja quem for, a pode vir a alcançar”<sup>46</sup>.

Para provar a possível valorização dos africanos e, em especial, dos moçambicanos, o jornal publicitou os préstimos e feitos de figuras negras da colónia. Por exemplo, anunciou com semanas de antecedência a venda de *Nós matámos o cão tinroso*, de Luís Bernardo Honwana<sup>47</sup>.

<sup>42</sup> O articulista previu que o *Voz Africana* viria a ser o jornal de maior tiragem em Moçambique, cf. VA, 29 de dezembro de 1962, p. 2.

<sup>43</sup> Por ocasião do primeiro aniversário da II série, o jornal agradecia os auxílios das entidades oficiais e encorajamentos e, bem assim, os incitamentos dos leitores, cf. VA, 8 de junho de 1963, p. 2.

<sup>44</sup> VA, 19 de junho de 1965, p. 16. Posteriormente, com base numa ronda por postos de venda na capital, dava-se nota da aceitação popular do jornal nos bairros periféricos da cidade, cf. VA, 16 de setembro de 1967, pp. 8-9.

<sup>45</sup> A questão terá sido aflorada pois que, no número comemorativo do aniversário do jornal, se dizia que se o qualificara de ‘racista’, o que se refutava por impossível num jornal que era de todos, não só de Africanos de todas as cores, mas também de metropolitanos, cf. VA, 29 de dezembro de 1962, p. 2.

<sup>46</sup> VA, 8 de junho de 1963, p. 2.

<sup>47</sup> Com uma tiragem de dois mil exemplares, o livro tinha ilustrações de Bertina Lopes e arranjo gráfico de Pancho Guedes (VA, 8 de fevereiro de 1964, p. 16.) Anos depois, o *Voz Africana* transcreveria de *O Comércio do Porto* uma crónica laudatória de José Régio, cf. VA, 25 de novembro de 1967, p. 7.

Para além da capacidade de superação do comum dos negros – provada nas difíceis tarefas da sobrevivência quotidiana nos subúrbios –, a beleza das performances artísticas – alvo de encómios nas notícias sobre o folclore – e o génio da criatividade africana tornaram-se mote de notícias, denotadoras do óbvio intento de promoção de vultos africanos. Um dos nomes que logo avultou foi o de Malangatana, que, entrevistado, sumariou o seu tirocínio enquanto artista<sup>48</sup>. Em 1962, anunciou-se um prémio de pintura para Malangatana<sup>49</sup>. Os trabalhos do mais “conhecido e significativo artista plástico de Moçambique” foram sendo noticiados. Já em 1972, aludiu-se a duas exposições Malangatana em Lisboa<sup>50</sup>.

Em 1967, numa extensa reportagem, o jornal noticiava que Alberto Chissano, um ex-servente do Núcleo de Arte, colectividade devotada à difusão da arte e dos artistas plásticos de Moçambique, se fizera artista e organizara uma exposição com um grupo de amigos. Em 1972, noticiou-se uma exposição do escultor em Lisboa<sup>51</sup>.

Antecipemo-lo, nos anos 70, o *Voz Africana* destacou Shikhani, artista beirense, de quem se noticiaram as exposições na Beira, as apresentações na metrópole<sup>52</sup> e até o casamento no registo civil da Beira, que mereceu uma fotografia<sup>53</sup>.

A par de notícias da criação de artistas consagrados, o jornal noticiou exposições de debutantes e, até, uma exposição de pintura de Lourinho Macuácuá, recluso da Machava<sup>54</sup>. Somaram-se reportagens como, por exemplo, a “‘Pau preto’, arte e profissão” de numerosos africanos<sup>55</sup>, artistas anónimos e humildes, qualificação que contradizia a pregressa ideia de que qualquer forma de auto-emprego era, grosso modo, uma variante da ociosidade.

Evidentemente, tal crença no homem africano não deixaria também de abonar a favor da soberania lusa, a qual permitia a realização de elevados fins de cada indivíduo. Fosse como fosse, os citados tirocínios não só provavam que a civilização estava ao alcance dos Africanos, mas também que as suas contribuições artísticas, culturais e literárias tinham valia bastante para enfileirar no património civilizacional da humanidade.

Porém, o jornal não se ateu à nação portuguesa como horizonte de realização dos negros. Publicou também notícias de africanos em universidades europeias, denotando a concretização de outra relação com o mundo que não a tutelada pelos portugueses nem a enformada pelos valores supostamente tradicionais da “raça negra”. O jornal publicou imagens de dignitários, com vestes africanas, em banquetes oferecidos por congéneres europeus, ex-colonizadores, em conversações com o presidente dos EUA ou, ainda, a notícia de um negro com assento no Supremo Tribunal dos EUA<sup>56</sup>. Tais notícias e imagens comportavam uma mensagem subliminar avessa ao colonialismo, mesmo se, ao mesmo tempo, com as notícias sobre a luta dos negros nos EUA implicitamente se aduzia uma comparação favorável à política portuguesa<sup>57</sup> que se proclamava isenta de racismo.

Sem se furtar à propaganda política, antes fazendo-a – por exemplo, ao dar nota dos aplausos de populares ao governador-geral no cinema Império<sup>58</sup> – para obter um ganho de

<sup>48</sup> Malangatana era um dos artistas presentes numa exposição em Ibadan sobre arte e arquitectura em Moçambique e África do Sul, cf. VA, 16 de junho de 1962, pp. 8-9.

<sup>49</sup> VA, 15 de setembro de 1962, pp. 1 e 3. Também a morte do pai de Malangatana foi notícia, assim como uma referência num jornal dinamarquês, cf. VA, 25 de maio de 1963, pp. 13 e 29 de junho de 1963, p. 13, respetivamente.

<sup>50</sup> VA, 21 de março de 1972, p. 13.

<sup>51</sup> VA, 26 de agosto de 1967, pp. 8-9; 4 de julho de 1972, p. 9.

<sup>52</sup> A dado passo, o jornal passou a acompanhar as realizações deste beirense. Por exemplo, VA, 27 de junho de 1972, pp. 15 e 16; 16 de agosto de 1972, p.13; 19 de setembro de 1972, p. 3; 18 de setembro de 1973, p. 7; 25 de setembro de 1973, p. 7.

<sup>53</sup> VA, 11 de dezembro de 1971, p. 8.

<sup>54</sup> VA, 29 de maio de 1973, p. 17.

<sup>55</sup> VA, 4 de julho de 1972, p. 6.

<sup>56</sup> VA, 7 de outubro de 1967, p. 1.

<sup>57</sup> Esta comparação a benefício de Portugal – cujas colónias não ocorreriam a discriminação e a violência comuns nos EUA – foi feita noutras colónias, por exemplo, em Cabo Verde, no oficioso *Arquipélago* (Oliveira, 1998: 559). Também se faziam comparações com o *apartheid* na África do Sul.

<sup>58</sup> VA, 25 de agosto de 1962, pp. 1 e 3.

palavra sobre intoleráveis inércias do colonialismo, o *Voz Africana* teceu, em consonância com o espírito das alterações legislativas após a eclosão da guerra em Angola, uma crítica velada ao cultivo obrigatório do algodão e publicou uma carta sobre trabalho contratado e maus tratos em Mexinine<sup>59</sup>. O *Voz Africana* também denunciou a incúria administrativa, aludindo a crianças não registadas, logo, inexistentes para o Estado e, por isso, impedidas de prestar exames na escola<sup>60</sup>.

À margem dos clausulados legais e de *nuances* da política, o jornal empenhar-se-ia na denúncia crua das inaceitáveis misérias do quotidiano de negros. Em 1963, publicou uma foto de um “pedaço vivo” da cidade do caniço, lembrando que as lixeiras eram um perigo para as crianças a quem pareciam lugar de entretenimento. Acrescentava esperar que as palavras não quedassem meras vozes no deserto da inação<sup>61</sup>. Era hora de construir os famigerados bairros para os ‘economicamente débeis’<sup>62</sup>, expressão então em voga.

Aparentemente abstendo-se da declaração de princípios políticos, o *Voz Africana* enunciava premissas de mudança social e firmava um padrão de reivindicação viável no quadro político vigente. A reivindicação não se cingia mais à instrução – como fora típico das primeiras décadas, quando tal demanda era também um desafio aos africanos –, antes se alargava à cidadania e à pertença à cidade, clamando o jornal por valorização salarial e por habitação para os negros. Ademais, lembrava-se, a demanda de valorização social das populações era legítima por ser uma preocupação do governo, corpos administrativos, atividades económicas e cidadãos.

Tal valorização social implicava a justa remuneração do trabalho, que permitisse aos africanos sustentar a família<sup>63</sup>, reclamação, que parecia pouco audaz, ia frontalmente contra a usura dos corpos africanos, muitos deles deslocados e a lutar arduamente para sobreviver no entorno de cidades como Beira e Lourenço Marques.

Ainda que eivado de paternalismo, o discurso acerca da promoção social da mão de obra africana abria portas a reivindicações dos que, acreditando, ou não, no colonialismo, pugnavam pela melhoria das condições de vida dos negros, propondo medidas imediatas de compensação do esforço laboral. Vista a necessidade de cada indivíduo dispor de meios para a subsistência decente, o *Voz Africana* advogou o aumento salarial dos trabalhadores desqualificados. Para obviar a imaginados entraves, propôs como medida imediata o pagamento de prémios de produção<sup>64</sup>.

O jornal interpelou as instâncias administrativas em torno de itens básicos como habitação, água, electricidade e locomoção. Ao longo da década de 1960, a questão da habitação passou a mote do jornal<sup>65</sup>. A propósito da imperiosa construção de bairros sociais com condições satisfatórias, não deixa de ser interessante a crítica, formulada em 1963, ao convite para se pronunciarem todos menos os interessados nos ditos bairros. Algo precoce, tal chamada de atenção para a necessidade de ouvir os interessados<sup>66</sup> era algo de inconcebível

<sup>59</sup> VA, 6 de abril de 1963, pp. 2 e 6.

<sup>60</sup> VA, 16 de novembro de 1963, p. 2.

<sup>61</sup> VA, 29 de junho de 1963, p. 1. Também em 1968, numa primeira página, se reportava que, numa lixeira de Lourenço Marques, adultos e crianças remexiam o monturo à procura de objetos aproveitáveis e de comida. Esse espectáculo repugnante e desumano era reportado nas páginas centrais, cf. VA, 3 de Fevereiro de 1968, p. 1.

<sup>62</sup> VA, 29 de junho de 1963, p. 1. Ver a menção a essa necessidade dita premente, por exemplo, em VA, 2 de março de 1963, pp. 4-5; 9 de março de 1963, p. 5; 23 de março de 1963, p. 3; 30 de Março de 1963, p. 16; 20 de abril de 1963, p. 3.

<sup>63</sup> Esta demanda foi enunciada logo no primeiro número da nova série, cf. VA, 2 de junho de 1962, p. 2.

<sup>64</sup> VA, 16 de junho de 1962, p. 2.

<sup>65</sup> Em prol da sua abordagem do problema da habitação, o jornal chamava à colação o programa de incentivo à construção própria delineado pela Companhia de Cimentos de Moçambique para os seus trabalhadores, na sequência do que se considerou notável a promoção social dos trabalhadores africanos da dita Companhia cf. VA, 28 de julho de 1962, p. 2 e 22 de setembro de 1962, pp. 8-9.

<sup>66</sup> VA, 21 de setembro de 1963, p..

para as cogitações colonialistas. Todavia, o jornal concretizá-lo-ia a respeito da construção dos bairros e de outros itens da vida social.

As gravosas condições de sobrevivência nos subúrbios foram sendo atribuídas à omissão ou à inépcia camarária, por exemplo, no tocante à proteção das chuvas. Embora em jeito de lamentação, não faltou o reparo crítico à edilidade por não ter atempadamente, se não solucionado, ao menos remediado uma situação agravada de ano para ano, pois o crescimento da cidade do caniço tornava cada vez mais difícil uma solução justa. Os trabalhadores, que viviam como podiam, tinham erguido uma cidade a ser olhada pelos vereadores com a mesma atenção que lhes merecia a cidade branca. Na época seca, muitas obras se poderiam ter feito para que as chuvas causassem o mínimo de estragos. Enquanto não se construíssem bairros, a cidade do caniço tinha de ser protegida dos danos das chuvas ou, conforme se sentenciava, o problema da cidade do caniço devia ter prioridade sobre os demais<sup>67</sup>.

Outra das questões assaz focadas foi a do abastecimento de água nos bairros da periferia, considerado uma justa e imperativa necessidade. Apontava-se a falta de fontanários como um problema angustiante, um quase crime de lesa bem-comum. Por exemplo, em 1963, assinalava-se que só Munhava da Companhia, onde se situava o depósito, dispunha de três fontanários. Os habitantes dos demais bairros suburbanos tinham de socorrer-se de poços de água salobra ou de palmilhar quilómetros carreando água. Ao argumento de que muitas das povoações desapareceriam a prazo, o jornal retorquia que, mesmo que assim fosse, a privação de água era inaceitável. Num alinhamento, involuntário, ou não, com um mote anticolonial, considerava difícil ter, após quatrocentos e tal anos, de esmolar água<sup>68</sup>. Já com jornal sob influência de Jorge Jardim, em 1971 denunciaram-se as más condições e os contrastes inadmissíveis, por exemplo, com a chamativa epígrafe “gente sem água, água sem gente”<sup>69</sup>. Vincando um tom reivindicativo, e contra qualquer relutância dilatária, o *Voz Africana* clamava por água nos subúrbios como uma obrigação devida às pessoas<sup>70</sup>. O jornal chamou igualmente a atenção para a necessária eletrificação das povoações suburbanas, todas sem luz eléctrica. Era dito, as linhas eléctricas passavam nas povoações mas não lhes forneciam electricidade<sup>71</sup>.

Os subúrbios também estavam mal servidos de transportes. Para muitas famílias, a paragem mais próxima distava quilómetros. Além disso, era notória a insuficiência de carreiras, por exemplo, para a Manga, um dos mais extensos bairros, com habitantes a morar a quilómetros da estrada para a Beira<sup>72</sup>.

Em 1973, a primeira página inseria um protesto contra o anunciado aumento de preços dos machimbombos, causa de alvoroço entre os munícipes dos subúrbios. O jornal falava da exorbitância dos aumentos, acrescentando que algumas pessoas já teriam contactado o jornal para manifestar o seu desacordo<sup>73</sup>.

Em suma, na II série, operou-se uma mudança de vulto no *Voz Africana*: à teorização, por exemplo, sobre a igualdade racial preferiu-se a abordagem de problemas concretos dos negros nas cinturas das cidades, a qual continha uma crítica, mesmo se comedida, à omissão e a opções políticas das instâncias administrativas. Com efeito, sucessivamente

<sup>67</sup> VA, 23 de novembro de 1963.

<sup>68</sup> VA, 6 de julho de 1963, p. 8.

<sup>69</sup> VA, 11 de setembro de 1971, p. 12.

<sup>70</sup> VA, 16 de outubro de 1971, p. 2.

<sup>71</sup> VA, 30 de novembro de 1963, p. 11.

<sup>72</sup> VA, 31 de agosto de 1963, pp. 8-9.

<sup>73</sup> VA, 15 de maio de 1973, p. 1.

Novo artigo contra o aumento das tarifas dos machimbombos surgiria na semana seguinte, cf. VA, 22 de maio de 1973.

embalado pelo respaldo da diocese, por velados interesses dos mandantes<sup>74</sup> e pela forçada tolerância do regime para com as demandas por causa da insurgência armada, o jornal denunciou as privações vividas nas periferias das urbes. Não se tratava mais de denunciar ou de discutir o racismo, questão tornada secundária<sup>75</sup>, tratava-se, sim, de pugnar pelos ‘economicamente débeis’.

A par da aparente anuência ao laço colonial, a que a ditadura obrigava, a intensidade da descrição das degradantes condições de vida nas periferias das cidades e da reivindicação, sobretudo quando comparada com a pouca atratividade da primeira série, era indubitável<sup>76</sup>. Diferentemente dos jornais generalistas, e sem embargo de não atacar o laço colonial, o *Voz Africana* era militantemente um jornal em prol dos negros.

A mudança formal e de conteúdos, que tornara o jornal irreconhecível face à I série, tornara-o também apelativo para os africanos. Ainda que não necessariamente profícuo, essa transfiguração apontou um caminho, de tal forma que, quando os colonialistas se assenhorearam das publicações da Igreja da Beira, mantiveram a linha de defesa dos Africanos em relação a questões básicas do dia a dia. E Miguel Murupa, que veio a dirigir o *Voz Africana*, pôde alegar que o jornal era lido por milhares de africanos, para além de também ser comprado por europeus (Rocha, 2000: 192).

### Nos derradeiros anos, um satélite do regime

Em 1970, o *Voz Africana*, formalmente um órgão do CAMS<sup>77</sup>, mantinha a pretensão de ser um jornal africano. Porém, nesse ano discutiu-se um contrato de “exploração” do *Voz Africana* por quinze anos”. Numa assembleia extraordinária, sócios do CAMS apreciaram uma proposta da Companhia Editora para publicar o jornal de 1971 a 1986. Após hora e meia de discussão, incumbiu-se a direcção do CAMS de, no prazo de quinze dias, elaborar um estudo-programa sobre as condições do novo contrato para ulterior deliberação<sup>78</sup>.

Em 1971, o cabeçalho manteve-se inalterado até Março, quando o jornal passou a ser composto e impresso na tipografia do *Notícias da Beira*<sup>79</sup>. Por fim, em resultado da previsível deliberação da assembleia do CAMS, a 14 de Setembro foi assinado o contrato de exploração do jornal pela Companhia Editora de Moçambique, entrementes integrada na empresa Notícias da Beira SARL<sup>80</sup>.

Nos anos seguintes, o jornal alardeou uma vincada defesa do regime colonial. Por exemplo, num artigo com o *sui generis* título “A verdade não se improvisa”, os concursos de *misses*, agenciados por Jardim, tornavam-se prova de uma sociedade multirracial. A seu modo, este editorial alinhava o jornal com o regime e provava a sua instrumentalização por Jardim. Porém, é possível que tais destaques não tenham diminuído a receptividade do jornal entre o grosso dos leitores<sup>81</sup>. Em termos hipotéticos, o empenho no laço colonial não alterou radicalmente o figurino do jornal. O tom reivindicativo em prol das condições

<sup>74</sup> Não se exclua que o tom reivindicativo do jornal, mesmo após a aquisição certamente por Jorge Jardim, tenha tido a ver com desígnios políticos deste, interessado na adesão aos seus propósitos que “a mais largo prazo” coincidiriam com os “interesses nacionais”, cf. Jardim, 1976: 141-142.

<sup>75</sup> Evidentemente, também secundarizada pelo regime colonial. Assim, em 1973, asseverava-se não existir racismo em Moçambique, cf. VA, 16 de outubro de 1973, p. 1.

<sup>76</sup> Salvaguardadas as diferenças políticas, tal evolução no sentido de uma mais acentuada nota reivindicativa também ocorreria na imprensa da AOF, cf. Lüsebrink, 2003: 262.

<sup>77</sup> VA, 11 de julho de 1970, p. 1.

<sup>78</sup> VA, 31 de outubro de 1970, p. 12.

<sup>79</sup> VA, 20 de março de 1971.

<sup>80</sup> Afirmando-se que o jornal continuaria a “missão de ser, em Moçambique, uma voz africana de Portugal. De novo, uma renovação na continuidade”, cf. VA, 18 de setembro de 1971, p. 1.

<sup>81</sup> VA, 13 de março de 1971, p. 1.

de vida dos africanos manteve-se<sup>82</sup>, ao mesmo tempo que as notícias instilavam a ideia de que o regime promovia os africanos. Simultaneamente, enquanto jornal da cidade, o *Voz Africana* podia ignorar situações mais dramáticas, mormente, as violências no mato. Em todo o caso, as notícias denotam alteração de prioridades. Previsivelmente, por pressão da guerra, preferia-se a formação de soldados à ordenação de sacerdotes. Em 1964, fora notícia de primeira página a ordenação de um sacerdote negro em Tete<sup>83</sup>, notícia dirigida tanto a africanos, que podiam encontrar no cristianismo a sua realização pessoal, quanto aos colonos, a quem se lembrava o fim da primazia do seu catolicismo. Já em 1973, aquando do 3.º campeonato nacional de paraquedismo na Beira, destacava-se a participação de três africanos dos Grupos Especiais Paraquedistas com a publicação respectiva fotografia<sup>84</sup>. Aduza-se, independentemente dos constrangimentos subjacentes a ambos os tirocínios, não deixavam de ser domínios de realização inalcançáveis para os negros em épocas não muito longínquas.

No plano político, a diferença esteve, pois, na mais frequente insinuação das “verdades” do regime colonial – subliminamente confirmadas por notícias como a de 400 jovens de Moçambique formados comandos em 1972<sup>85</sup>, notícia que realça a lealdade à nação colonizadora – e no compromisso com o regime, ostensivo nas notícias sobre as dissidências e regressos de ex-elementos da Frelimo<sup>86</sup> e sobre ataques desta a populações rurais. Justamente, outra nota da colagem ao regime era dada por fotografias que sugeriam o apoio dos meios rurais a Portugal. Por exemplo, o *Voz Africana* publicou fotografias do governador a cumprimentar uma fileira de autoridades tradicionais no distrito de Tete<sup>87</sup>.

Simultaneamente, outra dimensão não menos prezada da paz política e social era a da convivência religiosa. Com o regime rendido à pluralidade religiosa, o jornal assinalava o novo ano hindu, a peregrinação maometana a Sofala<sup>88</sup>, e, ainda, o facto de o governador-geral ter assistido às cerimónias do fim do Ramadão<sup>89</sup>.

Como se disse, por pressão da guerra e para tentar cerzir uma cada vez mais difícil coesão, uma constante dos derradeiros anos foram as amiudadas notícias anti-Frelimo. Retornado a Moçambique, Miguel Murupa afirmou “Quem observe os Estados Africanos deverá honestamente admitir que Portugal tem razão”<sup>90</sup> e criticou a Frelimo<sup>91</sup>. Murupa fora quadro da Frelimo, a que se juntara em 1962. Após uma estada nos EUA para estudar, abandonou-a em 1970. Acabou por fugir da Tanzânia, entregando-se às autoridades coloniais. Enquanto homem de Jorge Jardim, dirigiu a partir de finais de 1972 o *Voz Africana*<sup>92</sup>.

<sup>82</sup> Por si só, as reivindicações e denúncias em prol dos Africanos dificilmente permite respostas taxativas acerca da instrumentalização do jornal. Por exemplo, segundo o jornal, as padarias da Beira não vendiam o pão a 2530 como mandava a lei (VA, 27 de junho de 1970, p. 8). Podemos presumir que a denúncia da venda de pão em contravenção ao disposto na lei era dúplice porque inútil, constituindo mais um ato de propaganda do que um passo efetivo na defesa dos Africanos. Porém, a presunção de duplicidade assenta no conhecimento dos fins políticos dos novos donos. Como considerar uma hipotética mensagem de idêntico teor em anos anteriores?

<sup>83</sup> VA, 11 de julho de 1964, p. 1.

<sup>84</sup> VA, 10 de julho de 1973, p. 2.

<sup>85</sup> VA, 16 de agosto de 1972, pp. 14-15.

<sup>86</sup> Não se tratava de algo de inédito. Porém, as sucessivas notícias sobre deserções na Frelimo no caso do colonialismo adquiriam uma tonalidade diferente, por exemplo, da do regresso de Domingos Arouca, depois nomeado para consultor jurídico do BNU para Moçambique. Anunciou-se que Domingos Arouca colaboraria com o jornal (cf. VA, 18 de maio de 1963, p. 2). Porém, ele seria empossado como director de *O Brado Africano*, cf. VA, 21 de novembro de 1964, p. 4.

<sup>87</sup> VA, 20 de junho de 1970, p. 1.

<sup>88</sup> VA, 10 de outubro de 1970, p. 1.

<sup>89</sup> VA, 5 de dezembro de 1970, p. 1.

<sup>90</sup> VA, 12 de dezembro de 1970, pp. 1 e 12.

<sup>91</sup> Segundo Murupa, Marcelino dos Santos escusara-se ao debate por tal não convir à Frelimo, cf. VA, 26 de junho de 1973, pp. 1 e 20; ver também VA, 10 de julho de 1973, p. 2; 17 de julho de 1973, pp. 2 e 6-7.

<sup>92</sup> Em finais de 1971, Murupa foi certamente induzido a associar-se à homenagem aos fundadores da *Voz Africana* ocorrida no CAMS. Coube-lhe descerrar um quadro com o retrato e uma nota biográfica de cada um dos fundadores do jornal (VA, 8 de janeiro de 1972, p. 1). No final de 1972, dirigia o jornal, conquanto o diretor continuasse a ser Trindade, cf. VA, 19 de dezembro de 1972, p. 7; ver também Couto, 2011: 221 e ss.

Nos que seriam os derradeiros anos do colonialismo, o jornal deu espaço às vozes de africanos contra a Frelimo. As notícias anti-Frelimo eram não só irrefutáveis por efeito da feição ditatorial do regime e da guerra, como também supostamente confirmadas pelos casos de arrependidos que se entregavam às autoridades portuguesas, que eram recuperados e que agradeciam a magnanimidade do governador<sup>93</sup>. Por exemplo, em 1972, noticiou-se a apresentação às autoridades de João José Craveirinha Jr, do Departamento de Informação e Propaganda da Frelimo<sup>94</sup>. O reencontro com Miguel Murupa foi documentado fotograficamente<sup>95</sup> e Craveirinha Jr. foi entrevistado para dar nota da sua desilusão com a Frelimo<sup>96</sup>. Também em 1972, aludindo-se à pretendida desagregação da Frelimo, se noticiou que Lázaro Kavandame estava vivo<sup>97</sup>.

Significativamente, nos anos 70, ao mesmo tempo que dava nota da promoção dos negros e de um ambiente social pacificado, o jornal noticiava a repressão nos subúrbios das cidades – fotografados aquando de visitas de um ou outro governador –, em contramão com a omitida deterioração do controlo militar no norte e centro de Moçambique. Por exemplo, em 1972, noticiou-se uma rusga na Manga. Teriam sido controladas 775 pessoas e, de 12 indocumentadas, cinco tinham sido detidas<sup>98</sup>. Ainda dando conta da acção policial, noticiar-se-ia o prosseguimento de rusgas, levadas a cabo em colaboração com a DGS, nos subúrbios, mormente na Munhava. Teriam sido revistadas 400 palhotas, controladas 1000 pessoas e detidos 28 suspeitos<sup>99</sup>. O jornal enfileirou, pois, no intento de dissuasão da acção subversiva nas cidades.

Revelar-se-ia bem mais difícil lidar com os conflitos em Novembro de 1972, em resultado dos quais, dizia-se, se tinham verificado três mortos e mais de 150 feridos. Os distúrbios tinham-se estendido da Muchatazina se à Chipangara e à Munhava. Numa visão simplista, vários grupos étnicos tinham-se unido contra os zambeianos, referidos como instigadores e como vítimas, razão pela qual se tinham posto em fuga da Beira<sup>100</sup>.

Era bem mais simples publicar uma fotografia de um ato eleitoral na Beira com brancos e negros na mesma fila<sup>101</sup>. Teve, todavia, pouco préstimo, como o teve a transcrição do editorial de Jorge Jardim publicado no *Notícias da Beira* a 3 de Maio, no qual afirmava ter uma solução para a independência de Moçambique (Couto, 2011: 260), a saber, o protocolo de Lusaka, de que nem as autoridades depostas nem o novo poder quiseram saber. Menos ainda a Frelimo.

## Notas finais

Criado pelo Grémio Africano de Manica e Sofala nos sombrios anos 30, durante três décadas o *Voz Africana* ensaiou congregar, promover e defender os Africanos, uma noção primeiramente referida aos mestiços, mas que progressivamente terá abrangido os designados indígenas. No meio de ingentes dificuldades, uma constante ao longo das várias conjunturas políticas, o fito da defesa dos Africanos foi sendo concretizado através da produção do jornal assente no empenho do pequeno escol africano da Beira.

Nos anos 60, num contexto de múltiplas pressões políticas, adensadas pela antevisão de desfechos políticos de monta, durante quanto tempo o *Voz Africana* foi de Africanos

<sup>93</sup> VA, 25 de dezembro de 1971, p. 11; veja-se também VA, 23 de maio de 1972, pp. 1 e 3.

<sup>94</sup> VA, 11 de julho de 1972, p. 2.

<sup>95</sup> VA, 18 de julho de 1972, p. 1.

<sup>96</sup> VA, 11 de julho de 1972, p. 2, pp. 18-19.

<sup>97</sup> VA, 16 de agosto de 1972, p. 1.

<sup>98</sup> VA, 16 de agosto de 1972, p. 6.

<sup>99</sup> VA, 11 de julho de 1972, p. 14.

<sup>100</sup> VA, 7 de novembro de 1972, pp. 1 e 20.

<sup>101</sup> VA, 30 de outubro de 1973, p. 20.

e pugnou pelos Africanos? Reinventado por José Soares Martins, na sua II série o *Voz Africana* rompeu o quase-monopólio colonialista da palavra sobre a vida dos africanos, que até então o jornal, pretendendo fazer prova de civilização de um grupo restrito, não conseguira romper. Já a polarização das atenções dos africanos nos seus interesses banais induzida por um periódico elaborado na esfera da diocese da Beira causou apreensão, pelo menos aos mais zelosos defensores dos postulados colonialistas e das barreiras raciais. De certo modo, o *Voz Africana* acabou como um instrumento do regime, como sucedeu ao *Brado Africano*, de Lourenço Marques, ou como o foi o *Tribuna dos Musseques* em Angola. Todavia, apesar de se terem assenhoreado do jornal, os agentes do colonialismo ativeram-se ao padrão de denúncia e de reivindicação firmado desde 1962. Tal exercício tornou-se fácil porque, ao tempo, as autoridades coloniais tinham interesse na circulação de veículos que, no quadro do propalado portuguesismo (mesmo se difuso e volátil), dessem voz às aspirações dos Africanos, assim desviados da adesão aos ideários independentistas. Este intento foi procurado pelos últimos proprietários do jornal, que reivindicando em nome dos Africanos, procuraram em vão fomentar a acomodação ao laço colonial e limitar o eco dos ideários independentistas.

## Referências bibliográficas

### Fontes primárias

#### *Entrevista*

Entrevista a José Soares Martins conduzida por Isabel Galhano, Porto, 2013, a publicar.

#### *Jornal*

*Voz Africana*, 1933-1964, Beira.

### Fontes secundárias

Bittencourt, Marcelo (2017), “O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960)” in *Análise Social* n.º 225, Lisboa, ICS, pp. 874-893.

Capela, José (1989), “Para a história do ‘Diário de Moçambique’” in *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* n.º 6, Maputo, AHM, pp. 177-180.

— (2017), *O sopro do vento sul no silvo das locomotivas da linha do norte*, Porto, Afrontamento.

Costa, Eduardo (1902), *O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique (1892-1900)*, Lisboa.

Couto, Fernando Amado (2011), *Moçambique 1974. O fim do império e o nascimento da nação*, Alfragide, Caminho.

Fernandes, Gabriel (2006), *Em busca da nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Fonseca, Isadora de Ataíde (2014), *A imprensa e o império na África portuguesa, 1842-1974*, dissertação de doutoramento, Lisboa, ICS-UL.

Gonçalves, José Júlio (1965), *A informação em Moçambique (contribuição para o seu estudo)*, Lisboa.

Jardim, Jorge (1976), *Moçambique. Terra Queimada*, Lisboa, Intervenção.

Lima, A. Carlos (1990), *O caso do bispo da Beira*, Livraria Civilização Editora.

- Lüsebrink, Hans Jurgen (2003), *La conquête de l'espace public colonial. Prises de parole et formes de participation d'écrivains et d'intellectuels africains dans la presse à l'époque coloniale (1900-1960)*, Québec, Éditions Nota Bene.
- Moutinho, Affonso (1924), *Alhos e bugalhos (Os meus dois últimos anos de África)*, Beira, 1924.
- Nascimento, Augusto (2005), *Entre o mundo e as ilhas. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de novecentos*, São Tomé, UNEAS.
- (2012), "A República em São Tomé e Príncipe: os escolhos à afirmação da elite são-tomense" in Pinheiro, Luís da Cunha e Rodrigues, Maria Manuel Marques (org.), *Em torno de duas Repúblicas: 15 de novembro de 1889 – 5 de outubro de 1910*, Lisboa, CLEPUL, pp. 115-150.
- Oliveira, João Nobre de (1998), *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*, Macau, Fundação Macau.
- Penvenne, Jeanne (1996), "João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique" in *Journal of African History* n.º 3, vol. 37, Cambridge, pp. 419-464.
- Rocha, Ilídio (2000), *A imprensa de Moçambique. História e catálogo (1854-1975)*, Lisboa, Edições Livros do Brasil.
- Rodrigues, Eugénia (2003), *A geração silenciada. A Liga Nacional Angolana e a representação do branco em Angola na década de 30*, Porto, Afrontamento.
- Tajú, Gulamo (1989), "D. Sebastião Soares de Resende, primeiro bispo da Beira: notas para uma cronologia" in *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique* n.º 6, Maputo, AHM, pp.149-176.